

Daniel Amorim Assumpção Neves

Manual de
Direito
Processual Civil

VOLUME ÚNICO

11^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2019

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

N511m Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil – Volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves –
11. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
1.824 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2541-7.

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual – Brasil. I. Título.

09-2719

CDU: 347.91/95(81)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. JURISDIÇÃO	59
1.1. Conceito.....	59
1.2. Equivalentes jurisdicionais.....	61
1.2.1. Autotutela.....	61
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos.....	62
1.2.2.1. Introdução	62
1.2.2.2. Espécies.....	63
1.2.2.2.1. Autocomposição.....	63
1.2.2.2.2. Mediação	64
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação.....	66
1.2.2.2.3.1. Introdução.....	66
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	66
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação	67
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador.....	68
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	69
1.2.2.2.3.6. Cadastros.....	74
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador.....	75
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador.....	76
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão.....	76
1.2.2.2.3.10. Solução consensual no âmbito administrativo	77
1.2.2.2.3.11. Conciliação e mediação extrajudiciais.....	77
1.2.3. Arbitragem.....	77
1.3. Escopos da jurisdição.....	80
1.4. Características principais.....	81

1.4.1.	Caráter substitutivo.....	81
1.4.2.	Lide	82
1.4.3.	Inércia.....	83
1.4.4.	Definitividade.....	86
1.5.	Princípios da jurisdição.....	87
1.5.1.	Investidura.....	87
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	87
1.5.3.	Indelegabilidade.....	88
1.5.4.	Inevitabilidade	89
1.5.5.	Inafastabilidade	90
1.5.6.	Juiz natural.....	95
1.5.7.	Promotor natural	96
1.6.	Espécies de jurisdição	97
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	97
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	97
1.6.3.	Jurisdição comum e especial	98
1.7.	Jurisdição voluntária.....	98
1.7.1.	Características	98
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	98
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	99
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	99
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	100
1.7.2.	Natureza jurídica.....	101
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	101
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto....	101
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	102
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	103
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento	103
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	103
1.8.	Tutela jurisdicional.....	104
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	104
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	106
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	109
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	112
1.8.4.1.	Introdução	112
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada.....	112
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual	114
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	114
1.8.6.	Sistema processual.....	115

2. AÇÃO.....	123
2.1. Teorias da ação.....	123
2.1.1. Teoria imanentista (civilista).....	123
2.1.2. Teoria concreta da ação.....	124
2.1.3. Teoria abstrata do direito de ação.....	125
2.1.4. Teoria eclética.....	126
2.1.5. Teoria da asserção.....	127
2.2. Condições da ação.....	129
2.2.1. Introdução.....	129
2.2.2. Possibilidade jurídica do pedido.....	131
2.2.3. Interesse de agir.....	132
2.2.4. Legitimidade.....	135
2.3. Elementos da ação.....	137
2.3.1. Introdução.....	137
2.3.2. Partes.....	138
2.3.3. Pedido.....	139
2.3.3.1. Certeza e determinação do pedido.....	140
2.3.3.2. Pedidos genéricos.....	141
2.3.3.2.1. Universalidade de bens.....	141
2.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	142
2.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	144
2.3.3.3. Pedido implícito.....	145
2.3.3.4. Cumulação de pedidos.....	147
2.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	148
2.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	148
2.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	149
2.3.3.4.1.3. Identidade procedimental.....	150
2.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	151
2.3.4. Causa de pedir.....	153
3. PROCESSO.....	157
3.1. Introdução.....	157
3.1.1. Processo como procedimento.....	157
3.1.2. Processo como contrato.....	158
3.1.3. Processo como um quase contrato.....	158
3.1.4. Processo como relação jurídica.....	158
3.1.5. Processo como situação jurídica.....	159
3.1.6. Processo como procedimento em contraditório.....	160

3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório..	160
3.1.8.	Conclusão.....	160
3.2.	Procedimento.....	161
3.3.	Relação jurídica processual.....	161
3.3.1.	Composição	161
3.3.2.	Características	162
3.3.3.	Pressupostos processuais.....	163
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz).....	165
3.3.3.1.1.	Investidura.....	165
3.3.3.1.2.	Imparcialidade.....	165
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes).....	167
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte	167
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo.....	167
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória	170
3.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos.....	170
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos.....	170
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos.....	171
3.3.3.3.2.1.	Demanda.....	171
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta.....	172
3.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	172
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal.....	173
3.4.	Princípios processuais.....	173
3.4.1.	Devido processo legal.....	173
3.4.2.	Contraditório	175
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	175
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	177
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes..	177
3.4.2.4.	Contraditório inútil.....	180
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado).....	181
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório).....	183
3.4.4.	Motivação das decisões	184
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação.....	184
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais	185
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	186
3.4.4.3.1.	Introdução.....	186
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo.....	187

3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	187
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	189
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	189
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir	191
3.4.4.3.7.	Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes	191
3.4.4.4.	Fundamentação <i>per relationem</i>	193
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	193
3.4.5.	Isonomia.....	194
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	197
3.4.7.	Princípio da economia processual	200
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas	201
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo.....	203
3.4.10.	Princípio da cooperação	206
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	208
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito	215
4.	COMPETÊNCIA.....	217
4.1.	Introdução	217
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	218
4.2.1.	Competência relativa.....	219
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	219
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	221
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa.....	223
4.2.2.	Competência absoluta.....	224
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	224
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta.....	224
4.2.3.	Identidades procedimentais	225
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência	225
4.2.3.2.	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados.....	227
4.3.	Critérios para fixação da competência.....	230
4.4.	Limites da jurisdição nacional	231
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	231
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	231
4.4.3.	Litispendência internacional.....	233
4.5.	Espécies de competência.....	234

4.5.1.	Competência territorial.....	234
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do CPC....	234
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do CPC	236
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC	238
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do CPC.....	239
4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do CPC.....	239
4.5.1.6.	União	240
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF.....	241
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal.....	242
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC.....	242
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do CPC.....	244
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do CPC	244
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC	245
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC.....	245
4.5.1.14.	Obrigação a ser cumprida – art. 53, III, “d”, do CPC.....	246
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do CPC).....	246
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro.....	247
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do CPC.....	247
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC	248
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC	248
4.5.2.	Competência funcional.....	249
4.5.2.1.	Conceito.....	249
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?.....	250
4.5.2.2.1.	Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias....	250
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	251
4.5.3.	Competência em razão da matéria.....	252
4.5.4.	Competência em razão da pessoa	253
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	253
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	254
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	255
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	256

4.5.4.	Foros regionais (distritais).....	256
4.6.	Competência da Justiça Federal.....	257
4.6.1.	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	257
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	257
4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal ..	257
4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	258
4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	259
4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	260
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	261
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”.....	262
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”.....	262
4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>).....	263
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”.....	263
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	263
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	264
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”.....	264
4.7.	Prorrogação de competência.....	265
4.7.1.	Conceito	265
4.7.2.	Prorrogação legal	266
4.7.2.1.	Conexão e continência.....	266
4.7.2.1.1.	Conceito	266
4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão	267
4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos	269
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão....	271

4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	273
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	273
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	273
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor	275
4.8.	Prevenção.....	275
4.8.1.	Conceito	275
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	275
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do CPC.....	276
5.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	279
5.1.	Introdução	279
5.2.	Sucumbência e causalidade	279
5.3.	Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	281
5.4.	Honorários sucumbenciais recursais	283
5.5.	Valor dos honorários sucumbenciais	287
5.6.	Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	289
5.7.	Sucumbência recíproca.....	290
5.8.	Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	291
5.9.	Termo inicial dos juros	291
5.10.	Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	292
5.11.	Legitimidade para impugnar e executar.....	293
5.12.	Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais.....	295
6.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA	299
6.1.	Beneficiários da assistência judiciária.....	299
6.2.	Benefício da gratuidade.....	300
6.3.	Gratuidade e adiantamento de honorários periciais.....	302
6.4.	Concessão parcial de gratuidade e parcelamento.....	303
6.5.	Condenação do beneficiário da gratuidade.....	303
6.6.	Procedimento	304
6.6.1.	Forma do pedido de concessão da gratuidade.....	304
6.6.2.	Indeferimento do pedido.....	305
6.6.3.	Deferimento do pedido.....	305
6.6.4.	Impugnação à decisão concessiva do benefício.....	306
6.6.5.	Instrução probatória.....	306
6.6.6.	Revogação do benefício	306
6.6.7.	Recorribilidade.....	306
6.7.	Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade.....	307

7. LITISCONSÓRCIO.....	309
7.1. Conceito.....	309
7.2. Hipóteses de cabimento.....	310
7.3. Classificação do litisconsórcio.....	311
7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	311
7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente).....	311
7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo.....	312
7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples.....	313
7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo.....	314
7.4.1. Introdução.....	314
7.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	314
7.4.3. Pedido da parte.....	315
7.4.4. Litisconsórcio recusável?.....	316
7.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	316
7.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções.....	318
7.6. Litisconsórcio ativo necessário?.....	321
7.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?.....	324
7.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário.....	325
7.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	326
7.10. Dinâmica entre os litisconsortes.....	326
7.10.1. Introdução.....	326
7.10.2. Atos de disposição de direito.....	327
7.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC)....	328
7.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do CPC).....	329
7.10.5. Produção da prova.....	330
7.10.6. A confissão e o litisconsórcio.....	330
7.10.7. Prazo para os litisconsortes.....	332
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	337
8.1. Intervenções típicas e atípicas.....	337
8.1.1. Processo/fase de conhecimento.....	338
8.1.1.1. Intervenções da Lei 9.469/1997.....	338
8.1.1.2. Ação de alimentos.....	339
8.1.2. Processo/fase de execução.....	343
8.1.3. Ação probatória autônoma.....	343
8.2. Assistência.....	344
8.2.1. Introdução.....	344
8.2.2. Assistência simples (adesiva).....	345
8.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	346

8.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?.....	347
8.2.4.	Procedimento da assistência.....	348
8.2.5.	Os poderes do assistente simples.....	350
8.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	352
8.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	353
8.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada.....	354
8.3.	Denúnciação da lide.....	355
8.3.1.	Conceito.....	355
8.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	356
8.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto.....	357
8.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC).....	357
8.3.3.	Facultatividade.....	359
8.3.4.	Qualidade processual do denunciado.....	361
8.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado.....	362
8.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	364
8.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	365
8.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	365
8.4.	Chamamento ao processo.....	368
8.4.1.	Conceito.....	368
8.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	370
8.4.3.	Procedimento.....	372
8.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor.....	373
8.5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	374
8.5.1.	Introdução.....	374
8.5.2.	Momento.....	375
8.5.3.	Procedimento.....	376
8.5.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	378
8.5.5.	Recorribilidade.....	381
8.5.6.	Fraude à execução.....	382
8.6.	<i>Amicus curiae</i>	383
8.6.1.	Introdução.....	383
8.6.2.	Interesse institucional.....	383
8.6.3.	Requisitos.....	384
8.6.4.	Aspectos procedimentais.....	386

9. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL... 389

9.1.	Negócio jurídico processual.....	389
9.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais.....	389

9.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	390
9.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais	391
9.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC	392
9.1.4.1.	Introdução.....	392
9.1.4.2.	Acordo procedimental.....	393
9.1.4.3.	Posições processuais.....	394
9.1.5.	Momento.....	395
9.1.6.	Requisitos formais.....	396
9.1.6.1.	Introdução.....	396
9.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico.....	396
9.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição.....	397
9.1.6.4.	Nulidade.....	398
9.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão.....	399
9.1.6.6.	Vulnerabilidade.....	400
9.1.7.	Limites à liberdade das partes.....	401
9.1.7.1.	Introdução.....	401
9.1.7.2.	Normas fundamentais do processo.....	401
9.1.7.3.	Normas cogentes.....	403
9.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei.....	406
9.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual....	406
9.1.9.	Casuística.....	407
9.2.	Calendário procedimental.....	408
9.2.1.	Introdução.....	408
9.2.2.	Negócio jurídico plurilateral.....	409
9.2.3.	Momento de definição do calendário.....	410
9.2.4.	Revisão excepcional do calendário.....	410

10. ATOS PROCESSUAIS..... 413

10.1.	Introdução.....	414
10.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.....	414
10.2.1.	Introdução.....	414
10.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico.....	414
10.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro.....	414
10.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual.....	415
10.2.5.	Publicidade.....	415
10.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores.....	416
10.2.7.	Garantias de natureza técnica.....	416
10.2.8.	Registro do ato processual eletrônico.....	417
10.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.....	418

10.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais.....	418
10.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos	419
10.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos.....	419
10.3.	Dos atos das partes	419
10.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais.....	419
10.3.2.	Direito de exigir recibo.....	420
10.3.3.	Cotas marginais ou interlineares.....	420
10.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz.....	421
10.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau	421
10.4.1.1.	Sentença.....	421
10.4.1.2.	Decisão interlocutória.....	421
10.4.1.3.	Despacho.....	421
10.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho.....	422
10.4.1.5.	Atos ordinatórios.....	422
10.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal.....	423
10.4.2.1.	Acórdão.....	423
10.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais.....	423
10.4.4.	Publicação dos pronunciamentos.....	424
10.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	424
10.5.1.	Autuação.....	424
10.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	425
10.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão.....	425
10.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais.....	426
10.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	426
10.6.	Do tempo dos atos processuais.....	427
10.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00.....	427
10.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual.....	428
10.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados.....	429
10.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	430
10.8.	Dos prazos.....	431
10.8.1.	Espécies de prazos processuais.....	431
10.8.2.	Comparecimento em juízo.....	432
10.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	432
10.8.4.	Contagem do prazo.....	433
10.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico.....	434
10.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	434
10.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária.....	436
10.8.8.	Foro onde for difícil o transporte.....	437
10.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	437
10.8.10.	Preclusão.....	438

10.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	439
10.8.12.	Contagem do prazo.....	440
10.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	440
10.8.14.	Publicação no diário oficial.....	441
10.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	441
10.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	442
10.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	443
10.8.18.	Termo inicial do prazo.....	444
10.8.19.	Contagem e fluência do prazo.....	444
10.8.20.	Atos da parte.....	446
10.8.21.	Atos praticados por carta.....	446
10.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	447
10.8.23.	Restituição dos autos.....	447
10.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado.....	448
10.9.	Comunicação dos atos processuais.....	449
10.9.1.	Formas de comunicação.....	449
10.9.2.	Citação.....	450
10.9.3.	Intimação.....	450
10.9.3.1.	Conceito.....	450
10.9.3.2.	Meios de intimação.....	451
10.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	451
10.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	452
10.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico.....	452
10.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial.....	453
10.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados.....	453
10.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	453
10.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	454
10.9.3.10.	Retirada dos autos de cartório.....	455
10.9.3.11.	Alegação da nulidade.....	455
10.9.3.12.	Intimação pessoal do advogado.....	456
10.9.3.13.	Intimação pelo correio.....	456
10.9.3.14.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	456
10.9.3.15.	Intimação por oficial de justiça.....	457
10.9.3.16.	Intimação ficta.....	457
10.9.4.	Cartas.....	457
10.9.4.1.	Espécies.....	457
10.9.4.2.	Carta de ordem.....	458
10.9.4.3.	Carta rogatória.....	458
10.9.4.4.	Carta precatória.....	459
10.9.4.5.	Carta arbitral.....	459

10.9.4.6.	Requisitos formais.....	459
10.9.4.7.	Prazo para cumprimento.....	461
10.9.4.8.	Princípio do contraditório.....	461
10.9.4.9.	Caráter itinerante.....	462
10.9.4.10.	Transmissão da carta por telefone.....	463
10.9.4.11.	Impulso oficial.....	463
10.9.4.12.	Recusa no cumprimento da carta.....	464
10.9.4.13.	Devolução da carta.....	466
10.10.	Ordem cronológica de julgamento.....	467
10.10.1.	Introdução.....	467
10.10.2.	Publicidade.....	468
10.10.3.	Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento.....	468
10.10.4.	Exceções à ordem cronológica.....	468
10.10.5.	Dever ou faculdade?.....	470
11.	VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	473
11.1.	Introdução.....	473
11.2.	Vício e nulidade.....	474
11.3.	Classificação.....	476
11.4.	Mera irregularidade.....	477
11.5.	Nulidades relativas.....	477
11.6.	Nulidade absoluta.....	479
11.7.	Inexistência jurídica.....	481
11.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	482
12.	TUTELA PROVISÓRIA	485
12.1.	Introdução.....	485
12.2.	Disposições gerais da tutela provisória.....	487
12.2.1.	Introdução.....	487
12.2.2.	Tutela provisória antecedente ou incidental.....	487
12.2.3.	Efetivação da tutela provisória.....	488
12.2.4.	Provisoriedade.....	490
12.2.4.1.	Introdução.....	490
12.2.4.2.	Revogação expressa ou tácita.....	490
12.2.4.3.	Tutela provisória e agravo de instrumento.....	492
12.2.4.4.	Fundamento e forma da revogação da tutela provisória.....	493
12.2.4.5.	Tutela cautelar concedida em sentença.....	495
12.2.5.	Discrecionalidade e fundamentação da decisão.....	496
12.2.6.	Competência.....	497
12.2.6.1.	Regra de competência.....	497
12.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC.....	497
12.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	499

	12.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção.....	499
	12.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção.....	499
	12.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	500
12.3.		Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	501
	12.3.1.	Introdução.....	501
	12.3.2.	Identities.....	504
	12.3.2.1.	Requisitos para concessão.....	504
	12.3.2.2.	Caução.....	505
	12.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	507
	12.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	508
	12.3.2.3.1.1.	Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC).....	508
	12.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC).....	508
	12.3.2.3.1.3.	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC).....	509
	12.3.2.3.1.4.	Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do CPC).....	509
	12.3.3.	Liquidação e execução.....	510
	12.3.4.	Concessão de ofício.....	511
	12.3.5.	Audiência de justificação.....	511
	12.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	512
12.4.		Tutela antecipada.....	513
	12.4.1.	Objeto da antecipação.....	513
	12.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	516
	12.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade.....	517
	12.4.4.	Legitimação.....	519
	12.4.5.	Momento da antecipação.....	521
	12.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	521
	12.4.5.1.1.	Procedimento.....	521
	12.4.5.1.2.	Estabilização da tutela antecipada.....	523
	12.4.5.1.2.1.	Introdução.....	523
	12.4.5.1.2.2.	Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	524

	12.4.5.1.2.3. Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada ..	525
	12.4.5.1.2.4. Tutela antecipada parcial	525
	12.4.5.1.2.5. Recurso do réu	526
	12.4.5.1.2.6. Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do CPC?	528
	12.4.5.1.2.7. Vontade do autor.....	529
	12.4.5.1.2.8. Litisconsórcio e assistência.....	530
	12.4.5.1.2.9. Extinção do processo.....	531
	12.4.5.1.2.10. Inexistência de coisa julgada.	531
	12.4.5.1.2.11. Ação no prazo de 2 anos	532
	12.4.5.1.2.12. Ação rescisória	533
	12.4.5.2. Tutela antecipada requerida em caráter incidental.....	534
	12.4.5.2.1. Introdução.....	534
	12.4.5.2.2. <i>Inaudita altera parte</i>	534
12.4.6.	Sentença.....	536
12.4.7.	Fase recursal.....	538
12.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	540
12.5.	Tutela cautelar.....	543
12.5.1.	Autonomia	543
12.5.2.	Sumariedade.....	544
12.5.3.	Instrumentalidade	545
12.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar	546
12.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	548
	12.5.5.1. Introdução	548
	12.5.5.2. Procedimento	548
	12.5.5.2.1. Petição inicial.....	548
	12.5.5.2.2. Contraditório na demanda cautelar.....	550
	12.5.5.2.3. Revelia.....	550
	12.5.5.2.4. Instrução probatória.....	551
	12.5.5.2.5. Sentença	551
12.5.6.	Coisa julgada material.....	552
12.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal.....	554
	12.5.7.1. Concessão e efetivação da tutela	554
	12.5.7.2. Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação.....	557
12.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar.....	558
	12.5.8.1. Não dedu�o do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC).....	558
	12.5.8.2. Ausência de efetiva�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC).....	558

	12.5.8.3. Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do CPC).....	559
12.6.	Tutela da evidência.....	560
	12.6.1. Introdução.....	560
	12.6.2. Hipóteses de cabimento.....	560
	12.6.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	560
	12.6.2.2. Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores.....	563
	12.6.2.3. Prova documental em ação reipersecutória.....	564
	12.6.2.4. Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz.....	564
	12.6.3. Procedimento.....	565
	12.6.4. Tutela da evidência atípica.....	565
13.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	567
13.1.	Formação do processo.....	567
	13.1.1. Formação gradual da relação jurídica processual.....	567
	13.1.2. Momento da propositura da ação.....	568
	13.1.3. Litispendência.....	568
13.2.	Suspensão do processo.....	569
	13.2.1. Suspensão do procedimento.....	569
	13.2.2. Suspensão própria e imprópria.....	569
	13.2.3. Decisão de suspensão do processo.....	570
	13.2.4. Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo.....	570
	13.2.5. Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	571
	13.2.6. Dissolução de sociedade.....	572
	13.2.7. Morte ou perda de capacidade processual do representante legal... ..	572
	13.2.8. Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	573
	13.2.9. Convenção das partes.....	574
	13.2.10. Arguição de impedimento ou de suspeição.....	575
	13.2.11. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	575
	13.2.12. Prejudicialidade.....	576
	13.2.13. Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	577
	13.2.14. Força maior.....	578
	13.2.15. Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo.....	578
	13.2.16. Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil.....	579
	13.2.17. Pelo parto ou adoção.....	579
	13.2.18. Pela paternidade.....	580
	13.2.19. Prazo de suspensão.....	580

13.2.20.	Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo	581
13.2.21.	Arguição de suspeição e impedimento do juiz.....	581
13.2.22.	Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal.....	582
13.3.	Extinção do processo	583
13.3.1.	Extinção do processo.....	583
13.3.2.	Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”.....	583
13.3.3.	Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa.....	583
13.3.4.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	584
14.	PETIÇÃO INICIAL.....	585
14.1.	Introdução.....	585
14.2.	Requisitos estruturais da petição inicial.....	586
14.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial.....	586
14.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação	587
14.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	589
14.2.4.	Pedido.....	589
14.2.5.	Valor da causa.....	590
14.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	592
14.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação	593
14.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	594
15.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	597
15.1.	Introdução.....	597
15.2.	Emenda da petição inicial.....	597
15.3.	Indeferimento da petição inicial.....	601
15.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	601
15.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial	604
15.3.2.1.	Inépcia da petição inicial	604
15.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	604
15.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	605
15.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	605
15.4.	Julgamento liminar de improcedência	605
15.4.1.	Introdução.....	605
15.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	607
15.4.3.	Conduta do juiz	609
15.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	610
15.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	611
15.5.	Citação.....	613

15.5.1.	Conceito	613
15.5.2.	Efeitos da citação	614
15.5.2.1.	Efeitos processuais	615
15.5.2.1.1.	Indução à litispendência	615
15.5.2.1.2.	Estabilização da demanda	615
15.5.2.2.	Efeitos materiais	616
15.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa	616
15.5.2.2.2.	Constituição em mora do devedor	617
15.5.2.2.3.	Interrupção da prescrição	618
15.5.3.	Modalidades de citação	619
15.5.3.1.	Correio	619
15.5.3.2.	Oficial de justiça	621
15.5.3.3.	Edital	623
15.5.3.4.	Meio eletrônico	626
15.5.3.5.	Comparecimento do réu em cartório	628
16.	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	629
16.1.	Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação	629
16.2.	Conciliador e mediador	630
16.3.	Número de sessões	631
16.4.	Intimação do autor	632
16.5.	Desinteresse das partes na realização da audiência	633
16.6.	Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição	635
16.7.	Outras hipóteses de dispensa da audiência	635
16.8.	Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio	636
16.9.	Ato atentatório à dignidade da justiça	636
16.10.	Presença de advogado ou defensor público	637
16.11.	Representante com poderes para negociar e transigir	637
16.12.	Redução a termo da homologação por "sentença"	638
16.13.	Pauta	638
17.	RESPOSTAS DO RÉU	639
17.1.	Introdução	639
17.2.	Contestação	640
17.2.1.	Prazo	640
17.2.2.	Matérias de defesa	642
17.2.2.1.	Defesas processuais	642
17.2.2.1.1.	Defesas dilatórias	642
17.2.2.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC) ...	642

	17.2.2.1.1.2.	Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC).....	643
	17.2.2.1.1.3.	Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC).....	645
	17.2.2.1.2.	Defesas peremptórias.....	645
	17.2.2.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	645
	17.2.2.1.2.2.	Perempção (art. 337, V, do CPC).....	646
	17.2.2.1.2.3.	Litispendência (art. 337, VI, do CPC).....	647
	17.2.2.1.2.4.	Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC).....	647
	17.2.2.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC).....	647
	17.2.2.1.2.6.	Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC).....	648
	17.2.2.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	648
	17.2.2.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	648
	17.2.2.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC).....	649
	17.2.2.1.3.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC).....	649
	17.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do CPC).....	651
	17.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC).....	654
	17.2.2.2.	Defesas de mérito.....	654
	17.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta.....	654
	17.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta.....	655
	17.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos.....	656
	17.2.4.	Princípio da eventualidade.....	657
17.3.	Reconvenção.....		658
	17.3.1.	Conceito.....	658
	17.3.2.	Condições da ação.....	659
	17.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	659

17.3.2.2.	Interesse de agir.....	661
17.3.3.	Pressupostos processuais.....	662
17.3.4.	Procedimento.....	663
18.	REVELIA	667
18.1.	Conceito.....	667
18.2.	Efeitos	668
18.2.1.	Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	668
18.2.2.	Desnecessidade de intimação do réu revel	672
18.2.3.	Julgamento antecipado do mérito	673
18.3.	Modificação objetiva da demanda.....	674
18.4.	Ingresso do réu revel no processo.....	675
18.4.1.	Participação do réu revel no procedimento probatório.....	676
18.4.1.1.	Provas causais.....	676
18.4.1.2.	Provas pré-constituídas.....	677
19.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	679
19.1.	Providências preliminares.....	679
19.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	680
19.2.1.	Introdução.....	680
19.2.2.	Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	681
19.2.3.	Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do CPC	682
19.2.4.	Julgamento antecipado do mérito.....	683
19.2.5.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	685
19.2.6.	Saneamento e organização do processo.....	687
20.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	693
20.1.	Introdução	693
20.2.	Procedimento.....	695
20.2.1.	Abertura e pregão das partes.....	695
20.2.2.	Conciliação (tentativa de autocomposição).....	696
20.2.3.	Fixação dos pontos controvertidos.....	697
20.2.4.	Esclarecimentos do perito	698
20.2.5.	Depoimento pessoal.....	699
20.2.6.	Oitiva das testemunhas	699
20.2.7.	Debates orais.....	699
20.2.8.	Prolação da sentença	700
20.3.	Audiência una e contínua.....	700
20.4.	Adiamento da audiência.....	701
21.	PROVAS.....	705

21.1.	Teoria geral das provas.....	705
21.1.1.	Conceito de prova.....	705
21.1.2.	Espécies de prova.....	706
21.1.3.	A verdade possível e a verossimilhança.....	707
21.1.4.	A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”.....	708
21.1.5.	Direito à prova no processo civil.....	710
21.1.6.	Objeto da prova.....	711
21.1.6.1.	Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC).....	711
21.1.6.2.	Relevância e pertinência.....	712
21.1.6.3.	Fatos notórios.....	712
21.1.6.4.	Fatos confessados.....	713
21.1.6.5.	Ausência de controvérsia.....	714
21.1.6.6.	Presunção.....	714
21.1.6.7.	Prova do direito (art. 376 do CPC).....	716
21.1.7.	Ônus da prova.....	716
21.1.7.1.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	717
21.1.7.2.	Inversão do ônus da prova.....	719
21.1.7.3.	Momento de inversão do ônus da prova.....	721
21.1.7.4.	Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	723
21.1.8.	A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz).....	724
21.1.9.	Preclusões para o juiz na atividade probatória.....	726
21.1.10.	Valoração da prova.....	727
21.1.11.	Prova emprestada.....	730
21.1.12.	Prova ilícita.....	733
21.1.12.1.	Proibição constitucional às provas ilícitas.....	734
21.1.13.	Provas atípicas.....	736
21.1.14.	Ação probatória autônoma.....	737
21.1.14.1.	Introdução.....	737
21.1.14.2.	Cabimento.....	737
21.1.14.3.	Competência.....	739
21.1.14.4.	Procedimento.....	740
21.2.	Provas em espécie.....	744
21.2.1.	Ata notarial.....	744
21.2.1.1.	Introdução.....	744
21.2.1.2.	Cabimento.....	745
21.2.1.3.	Procedimento.....	745
21.2.2.	Depoimento pessoal.....	746
21.2.2.1.	Conceito.....	746
21.2.2.2.	Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	747
21.2.2.3.	Consequências do depoimento pessoal.....	748

	21.2.2.4.	Procedimento.....	750
21.2.3.		Da confissão.....	752
	21.2.3.1.	Conceito.....	752
	21.2.3.2.	Espécies de confissão.....	753
	21.2.3.3.	Indivisibilidade da confissão.....	755
	21.2.3.4.	Invalidação da confissão.....	755
21.2.4.		Da exibição de documento ou coisa.....	756
	21.2.4.1.	Conceito.....	756
	21.2.4.2.	Aspectos procedimentais comuns.....	758
	21.2.4.3.	Procedimento contra a parte contrária.....	759
	21.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	762
21.2.5.		Da prova documental.....	763
	21.2.5.1.	Conceito.....	763
	21.2.5.2.	Documento público e sua força probante.....	764
	21.2.5.3.	Documento particular e sua força probante.....	765
	21.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	767
		21.2.5.4.1. Natureza jurídica e objeto.....	767
		21.2.5.4.2. Procedimento.....	768
	21.2.5.5.	Produção da prova documental.....	770
21.2.6.		Da prova testemunhal.....	772
	21.2.6.1.	Conceito.....	772
	21.2.6.2.	Cabimento.....	772
	21.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	774
	21.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha.....	775
	21.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	778
21.2.7.		Da prova pericial.....	782
	21.2.7.1.	Conceito e espécies.....	782
	21.2.7.2.	Cabimento.....	783
	21.2.7.3.	Procedimento.....	784
		21.2.7.3.1. Indicação do perito.....	784
		21.2.7.3.2. Escusa do perito.....	787
		21.2.7.3.3. Prova pericial complexa.....	787
		21.2.7.3.4. Substituição do perito.....	788
		21.2.7.3.5. Atos preparatórios.....	789
		21.2.7.3.6. Intimação prévia das partes.....	791
		21.2.7.3.7. Apresentação do laudo.....	791
	21.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	794
	21.2.7.5.	Segunda perícia.....	795
	21.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	795
21.2.8.		Da inspeção judicial.....	796
	21.2.8.1.	Conceito.....	796

21.2.8.2.	Procedimento.....	797
22.	SENTENÇA	799
22.1.	Conceito legal de sentença	799
22.2.	Classificação das sentenças	802
22.2.1.	Conteúdo da sentença.....	802
22.2.1.1.	Teoria ternária e teoria quinária	802
22.2.1.2.	Sentença meramente declaratória.....	803
22.2.1.3.	Sentença constitutiva.....	806
22.2.1.4.	Sentença condenatória.....	807
22.2.1.5.	Sentença executiva <i>lato sensu</i>	807
22.2.1.6.	Sentença mandamental	808
22.2.2.	Resolução de mérito.....	809
22.2.2.1.	Sentenças terminativas (art. 485 do CPC)	809
22.2.2.1.1.	Indeferimento da petição inicial	809
22.2.2.1.2.	Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes	809
22.2.2.1.3.	Abandono do processo.....	811
22.2.2.1.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	812
22.2.2.1.5.	Perempção, coisa julgada e litispendência.	812
22.2.2.1.6.	Carência da ação.....	813
22.2.2.1.7.	Convenção de arbitragem.....	813
22.2.2.1.8.	Desistência da ação	814
22.2.2.1.9.	Direitos intransmissíveis.....	815
22.2.2.1.10.	Repropositura da ação	816
22.2.2.2.	Sentenças definitivas (art. 487 do CPC).....	818
22.2.2.2.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	819
22.2.2.2.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	819
22.2.2.2.3.	Transação.....	820
22.2.2.2.4.	Prescrição e decadência.....	820
22.2.2.2.5.	Renúncia.....	820
22.3.	Elementos da sentença.....	821
22.3.1.	Relatório.....	821
22.3.2.	Fundamentação.....	822
22.3.3.	Dispositivo.....	823
22.3.4.	Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	824
22.4.	Sentença líquida.....	824
22.5.	Princípio da congruência	825
22.5.1.	Conceito	825
22.5.2.	Exceções ao princípio da congruência.....	827

22.6.	Sentença <i>extra petita</i>	828
22.6.1.	Conceito.....	828
22.6.2.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	829
22.7.	Sentença <i>ultra petita</i>	830
22.7.1.	Conceito.....	830
22.7.2.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	831
22.8.	Sentença <i>citra petita (infra petita)</i>	831
22.8.1.	Conceito.....	831
22.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	833
22.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença.....	835
22.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	836
22.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer.....	837
22.12.	Capítulos de sentença.....	837

23. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA..... 839

23.1.	Natureza jurídica da liquidação.....	839
23.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	839
23.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	841
23.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	841
23.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	842
23.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	843
23.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	845
23.8.	Liquidação como forma de frustração da execução.....	846
23.9.	Natureza jurídica da liquidação.....	849
23.10.	Legitimidade ativa.....	850
23.11.	Competência.....	851
23.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC).....	851
23.13.	Espécies de liquidação.....	853
23.13.1.	Introdução.....	853
23.13.2.	Liquidação por arbitramento.....	853
23.13.2.1.	Cabimento.....	853
23.13.2.2.	Procedimento.....	854
23.13.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	855

24. COISA JULGADA..... 859

24.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	859
24.2.	Coisa julgada total e parcial.....	860
24.3.	Conceito e natureza jurídica.....	861
24.4.	Função negativa da coisa julgada.....	863
24.5.	Função positiva da coisa julgada.....	864
24.6.	Limites objetivos da coisa julgada.....	866
24.7.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	872

24.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	877
24.9.	Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	878
24.10.	Relativização da coisa julgada.....	879
24.10.1.	Introdução.....	879
24.10.2.	Coisa julgada inconstitucional.....	879
24.10.3.	Coisa julgada injusta inconstitucional.....	884
24.11.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	888
24.12.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	892
25.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	895
25.1.	Introdução.....	895
25.2.	Consignação extrajudicial.....	895
25.3.	Competência.....	897
25.4.	Legitimidade.....	898
25.5.	Objeto da demanda consignatória.....	899
25.6.	Procedimento.....	900
25.7.	Complementação do depósito.....	903
25.8.	Consignação de prestações sucessivas.....	904
25.9.	Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito..	905
25.10.	Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	906
26.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	909
26.1.	Introdução.....	909
26.2.	Legitimidade.....	910
26.3.	Natureza dúplice.....	911
26.4.	Competência.....	912
26.5.	Procedimento.....	912
27.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	917
27.1.	Proteção possessória.....	917
27.2.	Fungibilidade.....	918
27.3.	Ação dúplice?.....	919
27.4.	Competência.....	920
27.5.	Legitimação.....	921
27.6.	Exceção de domínio.....	922
27.7.	Cumulação de pedidos.....	923
27.8.	Procedimento.....	924
27.8.1.	Reintegração e manutenção de posse.....	924
27.8.2.	Interdito proibitório.....	929
27.8.3.	Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	929
28.	DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	931

28.1.	Introdução	931
28.2.	Procedimento da ação de demarcação.....	933
28.3.	Procedimento da ação de divisão.....	934
29.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	937
29.1.	Introdução	937
29.2.	Pretensões veiculáveis.....	938
29.3.	Legitimidade ativa.....	939
29.4.	Legitimidade passiva.....	941
29.5.	Procedimento.....	942
30.	AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	945
30.1.	Introdução.....	945
30.2.	Inventário negativo.....	946
30.3.	Competência e universalidade do foro sucessório.....	947
30.4.	Questões que dependam de prova não documental.....	947
30.5.	Administrador provisório.....	948
30.6.	Inventariante.....	948
30.7.	Arrolamento sumário.....	951
30.8.	Arrolamento comum.....	954
30.9.	Procedimento do inventário.....	954
30.10.	Colaço.....	959
30.11.	Sonegação.....	961
30.12.	Pagamento das dívidas.....	962
30.13.	Herdeiro preterido.....	962
30.14.	Partilha.....	963
31.	EMBARGOS DE TERCEIRO	971
31.1.	Conceito.....	971
31.2.	Legitimação.....	972
31.2.1.	Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	972
31.2.2.	Legitimação passiva.....	976
31.3.	Competência.....	977
31.4.	Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	978
31.5.	Procedimento.....	979
32.	OPOSIÇÃO	983
32.1.	Objeto e natureza jurídica.....	983
32.2.	Procedimento.....	984
33.	AÇÃO DE HABILITAÇÃO	987

33.1.	Introdução	987
33.2.	Procedimento	988
34.	AÇÕES DE FAMÍLIA	991
34.1.	Cabimento	991
34.2.	Incentivo às formas consensuais do conflito	991
34.3.	Audiência de mediação e conciliação	992
34.4.	Ministério Público	994
34.5.	Depoimento pessoal do incapaz	994
35.	AÇÃO MONITÓRIA	995
35.1.	Conceito	995
35.2.	Natureza Jurídica	996
35.3.	Admissibilidade	997
35.4.	Fazenda Pública e ação monitória	1000
35.5.	Incapaz e ação monitória	1001
35.6.	Propositura da monitória	1002
35.7.	Citação do réu	1004
35.8.	Posturas do réu	1005
35.9.	A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1006
35.10.	O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1007
35.11.	O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1008
35.12.	O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	1010
35.13.	O mérito no processo monitório e seu julgamento	1010
35.14.	Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório	1013
35.15.	Procedimento dos embargos ao mandado monitório	1015
35.16.	Fase de cumprimento de sentença	1018
36.	HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	1021
36.1.	Introdução	1021
36.2.	Natureza Jurídica	1022
36.3.	Homologação Extrajudicial	1022
36.4.	Penhor legal e autotutela	1023
36.5.	Procedimento	1025
37.	REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	1029
37.1.	Declaração de abertura de avaria grossa	1029
37.2.	Oferecimento de garantias	1029
37.3.	Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa	1030

37.4.	Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação.....	1030
37.5.	Apresentação de documentos.....	1031
37.6.	Apresentação do regulamento de avaria grossa.....	1031
37.7.	Impugnação	1031
37.8.	Sentença “homologatória”.....	1032
37.9.	Regulador e perito judicial.....	1032
38.	AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	1033
38.1.	Introdução	1033
38.2.	Legitimidade	1034
38.3.	Competência	1034
38.4.	Procedimento	1035
39.	FORMAS EXECUTIVAS	1039
39.1.	Introdução	1039
39.2.	Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	1039
39.3.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	1042
40.	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	1047
40.1.	Introdução	1047
40.2.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	1047
40.3.	Patrimonialidade.....	1049
40.4.	Desfecho único.....	1050
40.5.	Disponibilidade da execução	1051
40.6.	Utilidade.....	1054
40.7.	Menor onerosidade.....	1054
40.8.	Lealdade e boa-fé processual.....	1056
40.9.	Contraditório.....	1059
40.10.	Atipicidade dos meios executivos	1060
41.	SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO.....	1063
41.1.	Introdução	1063
41.2.	Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	1064
41.2.1.	Polo ativo.....	1064
41.2.2.	Polo passivo.....	1065
41.3.	Legitimação ativa.....	1065
41.3.1.	Credor a quem a lei confere título executivo.....	1065
41.3.2.	Legitimidade do Ministério Público	1066
41.3.3.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	1068
41.3.4.	Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	1069
41.4.	Legitimidade passiva.....	1070
41.4.1.	Sujeito que figura no título como devedor.....	1070

41.4.2.	Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	1070
41.4.3.	Novo devedor.....	1071
41.4.4.	Fiador.....	1071
41.4.5.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	1073
41.4.6.	Responsável tributário.....	1074
41.4.7.	Legitimidade do responsável secundário.....	1075
41.5.	Intervenção de terceiros na execução.....	1077
41.5.1.	Intervenções típicas.....	1077
41.5.2.	Intervenções atípicas.....	1079
42.	COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....	1081
42.1.	Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	1081
42.1.1.	Introdução.....	1081
42.1.2.	Competência executiva dos tribunais.....	1081
42.1.3.	Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	1082
42.1.3.1.	Exceções à regra do art. 516, II, do CPC.....	1084
42.1.3.2.	Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	1085
42.1.3.3.	A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	1086
42.1.4.	Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.....	1087
42.2.	Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial).....	1088
43.	TÍTULO EXECUTIVO.....	1091
43.1.	Introdução.....	1091
43.2.	Requisitos formais da obrigação exequenda.....	1093
43.3.	Títulos executivos judiciais.....	1094
43.3.1.	Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	1094
43.3.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	1099
43.3.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	1100
43.3.4.	Formal e certidão de partilha.....	1101
43.3.5.	Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1102
43.3.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1102
43.3.7.	Sentença arbitral.....	1105
43.3.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1106

43.3.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça	1108
43.4.	Títulos executivos extrajudiciais.....	1108
43.4.1.	Introdução.....	1108
43.4.2.	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque..	1109
43.4.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	1110
43.4.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	1110
43.4.5.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	1111
43.4.6.	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	1112
43.4.7.	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	1112
43.4.8.	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	1113
43.4.9.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1114
43.4.10.	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1114
43.4.11.	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	1115
43.4.12.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	1116
43.4.13.	Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1117

44. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 1119

44.1.	Obrigações e responsabilidade patrimonial.....	1119
44.2.	Inexistência de responsabilidade pessoal.....	1120
44.3.	Bens que respondem pela satisfação na execução.....	1121
44.4.	Impenhorabilidade de bens.....	1122
44.4.1.	Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	1122
44.4.2.	As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	1123
44.4.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	1124
44.4.2.2.	Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC).....	1125
44.4.2.3.	Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do CPC).....	1126

44.4.2.4.	Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC)	1127
44.4.2.5.	Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC).....	1132
44.4.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)	1135
44.4.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC).....	1135
44.4.2.8.	Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC).....	1135
44.4.2.9.	Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	1136
44.4.2.10.	Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC)	1137
44.4.2.11.	Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC)	1138
44.4.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	1139
44.5.	Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície	1139
44.6.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	1140
44.6.1.	Bens do sucessor a título singular.....	1140
44.6.2.	Bens do sócio, nos termos da lei	1141
44.6.3.	Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	1142
44.6.4.	Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.....	1143
44.6.5.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.....	1147
44.6.6.	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	1147
44.6.7.	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	1148
44.7.	Fraudes do devedor.....	1149
44.7.1.	Fraude contra credores.....	1149
44.7.2.	Fraude à execução.....	1152

45. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA..... 1159

45.1.	Conceito.....	1159
45.2.	Caução na execução provisória.....	1160
45.2.1.	Função	1160
45.2.2.	Natureza jurídica.....	1161
45.2.3.	Requisitos formais.....	1162
45.2.4.	Momento de prestação da caução.....	1163

45.2.5.	Atuação de ofício?.....	1163
45.3.	Dispensa da caução.....	1164
45.4.	Responsabilidade objetiva do exequente	1167
45.5.	Formalização dos autos da execução provisória.....	1168
45.6.	Cabimento de multa pelo não pagamento.....	1169
45.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1170
45.8.	Honorários advocatícios.....	1171
46.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	1173
46.1.	Introdução.....	1173
46.2.	Aspectos procedimentais.....	1174
46.3.	Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	1175
46.3.1.	Vontade do exequente.....	1175
46.3.2.	Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	1177
46.3.3.	Onerosidade excessiva.....	1177
46.3.4.	Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1178
46.4.	Atipicidade das formas executivas.....	1178
46.4.1.	Prisão civil.....	1179
46.5.	Multa coercitiva.....	1181
46.5.1.	Introdução.....	1181
46.5.2.	Valor da multa.....	1182
46.5.3.	Beneficiado pela multa.....	1183
46.5.4.	Fazenda Pública em juízo.....	1184
46.5.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	1184
46.5.6.	Exigibilidade da multa.....	1188
46.5.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	1190
47.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	1191
47.1.	Introdução.....	1191
47.2.	Aspectos procedimentais.....	1192
48.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	1193
48.1.	Introdução.....	1193
48.2.	Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença.....	1193
48.3.	Requerimento inicial.....	1194
48.4.	Aparente excesso dos cálculos.....	1196
48.5.	Intimação do executado.....	1198
48.6.	Cumprimento da obrigação.....	1199

48.7.	Não pagamento no prazo de 15 dias	1200
48.7.1.	Introdução	1200
48.7.2.	Fixação de honorários advocatícios	1201
48.7.3.	Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo	1202
48.7.4.	Protesto extrajudicial da sentença	1204
48.7.5.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	1204
48.7.6.	Expedição do mandado de penhora e avaliação	1204
48.7.7.	Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	1205
49.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1207
49.1.	Introdução	1207
49.2.	Execução das obrigações de fazer	1208
49.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1212
50.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	1215
50.1.	Execução de entrega de coisa certa.....	1215
50.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1218
51.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	1221
51.1.	Início do processo de execução	1221
51.1.1.	Petição inicial	1221
51.1.2.	Averbação da execução	1226
51.1.3.	Pronunciamento que determina a citação do executado	1229
51.1.4.	Não localização do executado e de seus bens.....	1230
51.1.5.	Arresto executivo.....	1231
51.1.6.	Posturas do executado citado.....	1232
51.2.	Pagamento parcelado	1234
51.2.1.	Introdução.....	1234
51.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1235
51.2.3.	Requisitos formais	1236
51.2.4.	Procedimento	1238
51.2.5.	Inadimplemento das parcelas	1239
51.3.	Penhora	1239
51.3.1.	Definição e efeitos.....	1239
51.3.2.	Ordem legal da penhora	1242
51.3.3.	Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	1245
51.3.3.1.	Depósito do bem penhorado.....	1245
51.3.3.2.	Intimação da penhora.....	1245
51.3.4.	Do lugar de realização da penhora	1246
51.3.5.	Penhora de dinheiro pelo sistema BacenJud (on-line).....	1247
51.3.6.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1253
51.3.7.	Procedimento da penhora.....	1255

51.3.8.	Substituição do bem penhorado.....	1257
51.3.9.	Penhoras especiais	1259
51.4.	Avaliação.....	1265
51.5.	Formas de expropriação.....	1268
51.5.1.	Introdução.....	1268
51.5.2.	Adjudicação	1269
51.5.2.1.	Introdução	1269
51.5.2.2.	Novo sistema de adjudicação.....	1270
51.5.2.3.	Momento da adjudicação	1270
51.5.2.4.	Intimação do executado.....	1272
51.5.2.5.	Valor da adjudicação	1272
51.5.2.6.	Legitimados a adjudicar.....	1273
51.5.2.7.	Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1274
51.5.2.8.	Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar	1275
51.5.2.9.	Auto de adjudicação.....	1277
51.5.2.10.	Adjudicação provisória.....	1277
51.6.	Alienação por iniciativa particular.....	1278
51.6.1.	Introdução.....	1278
51.6.2.	Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1278
51.6.3.	Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	1279
51.6.4.	Requisitos para a alienação.....	1281
51.7.	Arrematação	1282
51.7.1.	Introdução.....	1282
51.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	1283
51.7.3.	Publicidade do edital.....	1285
51.7.4.	Comunicações do leilão judicial	1287
51.7.5.	Realização do leilão judicial	1289
51.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico.....	1290
51.7.7.	Legitimados a arrematar	1291
51.7.8.	Procedimento do leilão judicial	1292
51.7.9.	Arrematação viciada.....	1296
51.7.10.	Alienação antecipada	1298
51.8.	Entrega de dinheiro ao credor.....	1299

52. EXECUÇÕES ESPECIAIS..... 1303

52.1.	Execução de prestação alimentícia.....	1303
52.1.1.	Introdução.....	1303
52.1.2.	Forma executiva.....	1305
52.1.2.1.	Introdução	1305
52.1.2.1.1.	Procedimento.....	1306

	52.1.2.1.1.1. Introdução.....	1306
	52.1.2.1.1.2. Diferentes procedimentos.....	1307
	52.1.2.1.1.3. Execução por sub-rogação.....	1308
	52.1.2.1.1.4. Execução indireta – Protesto.	1309
	52.1.2.1.1.5. Execução indireta – Prisão civil.....	1310
52.2.	Execução contra a Fazenda Pública.....	1315
52.2.1.	Introdução.....	1315
52.2.2.	Forma executiva.....	1317
52.2.3.	Procedimento.....	1317
	52.2.3.1. Cumprimento de sentença.....	1317
	52.2.3.2. Processo de execução.....	1319
52.2.4.	Regime dos precatórios.....	1320
52.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1322
52.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote).....	1323
52.2.7.	Dispensa de precatório.....	1325
52.2.8.	Preterição no pagamento.....	1326
53.	DEFESAS DO EXECUTADO	1329
53.1.	Introdução.....	1329
53.2.	Embargos à execução.....	1329
53.2.1.	Natureza jurídica dos embargos.....	1329
53.2.2.	Garantia do juízo.....	1330
53.2.3.	Prazo dos embargos.....	1331
53.2.4.	Competência.....	1333
53.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	1334
	53.2.5.1. Intempestividade dos embargos.....	1334
	53.2.5.2. Indeferimento da petição inicial.....	1336
	53.2.5.3. Julgamento liminar de improcedência.....	1336
	53.2.5.4. Embargos manifestamente protelatórios.....	1337
53.2.6.	Efeito suspensivo.....	1338
	53.2.6.1. Requisitos.....	1338
	53.2.6.2. Ausência de preclusão judicial.....	1341
	53.2.6.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1342
	53.2.6.4. Suspensão parcial do processo.....	1343
53.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	1344
	53.2.7.1. Início do procedimento.....	1344
	53.2.7.2. Revelia.....	1345
	53.2.7.3. Outras reações.....	1346
	53.2.7.4. Decisão dos embargos.....	1347
	53.2.7.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução...	1349

	53.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1349
	53.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1350
	53.2.7.5.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1351
	53.2.7.5.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	1355
	53.2.7.5.5.	Incompetência absoluta ou relativa.....	1356
53.3.		Impugnação.....	1356
	53.3.1.	Natureza jurídica.....	1356
	53.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1357
	53.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1357
	53.3.2.2.	Ilegitimidade de parte.....	1358
	53.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1358
	53.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1359
	53.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1359
	53.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	1359
	53.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	1360
	53.3.3.	Procedimento.....	1360
53.4.		Exceção e objeção de pré-executividade.....	1364
	53.4.1.	Análise histórica.....	1364
	53.4.2.	Problemas de terminologia.....	1365
	53.4.3.	Defesa executiva atípica.....	1366
	53.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção.....	1366
	53.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	1368
	53.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1370
54.		SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1373
	54.1	Introdução.....	1373
	54.2	Suspensão da execução.....	1373
	54.2.1.	Causas gerais de suspensão.....	1373
	54.2.2.	Defesa típica do executado.....	1375
	54.2.3.	Não localização de bens e prescrição intercorrente.....	1375
	54.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	1378
	54.2.5.	Moratória legal.....	1378
	54.3	Extinção da execução.....	1378

55. PRECEDENTES JUDICIAIS.....	1381
55.1. Precedente, decisão, jurisprudência e súmula	1381
55.2. Jurisprudência estável, íntegra e coerente	1384
55.2.1. Introdução.....	1384
55.2.2. Dever de uniformização da jurisprudência.....	1384
55.2.3. Jurisprudência estável.....	1386
55.2.4. Jurisprudência íntegra.....	1386
55.2.5. Jurisprudência coerente	1387
55.3. (In)Constitucionalidade do art. 927 do CPC	1387
55.4. Eficácia Vinculante.....	1388
55.4.1. Introdução.....	1388
55.4.2. Controle concentrado de constitucionalidade.....	1391
55.4.3. Enunciados de Súmulas Vinculantes	1392
55.4.4. Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no inci- dente de assunção de competência.....	1393
55.4.5. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infra- constitucional.....	1393
55.4.6. Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.....	1394
55.4.7. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa.....	1394
55.4.8. Cabimento de reclamação	1395
55.5. Precedente brasileiro e precedents na tradição da <i>common law</i>	1397
55.6. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1398
55.7. Fundamentação.....	1400
55.8. Divulgação.....	1401
55.9. Distinção (<i>distinguishing</i>)	1401
55.10. Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>).....	1402
55.10.1. Introdução.....	1402
55.10.2. Motivos para superação	1403
55.10.3. Fundamentação da decisão de superação.....	1404
55.10.4. Modulação dos efeitos da superação.....	1405
55.10.5. Procedimento.....	1407
56. ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	1409
56.1. Distribuição	1409
56.2. Prevenção.....	1410
56.3. Poderes do relator.....	1411
56.3.1. Introdução.....	1411
56.3.2. Direção do processo.....	1412
56.3.3. Tutela provisória.....	1413
56.3.4. Inadmissibilidade recursal.....	1413

56.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	1413
56.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	1414
56.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1415
56.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária.....	1416
56.3.9.	Demais incumbências.....	1416
56.3.10.	Oportunidade de saneamento de vícios.....	1416
56.4.	Fato superveniente.....	1417
56.5.	Ordem no julgamento.....	1418
56.6.	Sustentação oral.....	1419
56.7.	Matérias conhecíveis de ofício.....	1421
56.8.	Formalidades do acórdão.....	1421
56.9.	Julgamento virtual.....	1422
56.10.	Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes.....	1423
56.11.	Saneamento de vício.....	1425
57.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1429
57.1.	Cabimento.....	1429
57.2.	Procedimento.....	1432
57.3.	O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1433
57.4.	Microsistema de formação de precedentes vinculantes.....	1436
58.	DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1437
58.1.	Controle de constitucionalidade.....	1437
58.2.	Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1438
58.3.	Instauração do incidente.....	1438
58.4.	Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário.....	1439
58.5.	Não cabimento do incidente.....	1440
58.6.	Procedimento perante o plenário ou órgão especial.....	1441
58.7.	Julgamento.....	1441
59.	CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1443
59.1.	Conceito.....	1443
59.2.	Legitimidade.....	1445
59.3.	Competência para o julgamento do conflito.....	1445
59.4.	Procedimento.....	1446
60.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1449
60.1.	Introdução.....	1449
60.2.	Ação constitutiva necessária?.....	1449
60.3.	Forma processual de homologação.....	1450

60.4.	Decisão interlocutória estrangeira	1451
60.5.	Homologação de sentença arbitral	1451
60.6.	Eficácia em território nacional.....	1451
60.7.	Decisão estrangeira não judicial	1452
60.8.	Homologação parcial.....	1452
60.9.	Tutela de urgência	1452
60.10.	Execução fiscal.....	1453
60.11.	Decisão estrangeira de divórcio consensual	1453
60.12.	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência	1454
60.13.	Tutela da evidência.....	1455
60.14.	Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão.....	1455
60.15.	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	1456
60.16.	Competência para a execução	1457
61.	AÇÃO RESCISÓRIA	1459
61.1.	Natureza jurídica	1459
61.2.	Conceito de rescindibilidade.....	1460
61.3.	Objeto da rescisão.....	1460
61.3.1.	Decisão de mérito.....	1460
61.3.2.	Decisão que não é de mérito.....	1462
61.4.	Hipóteses de cabimento.....	1464
61.4.1.	Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1464
61.4.2.	Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	1465
61.4.3.	Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	1465
61.4.4.	Ofensa à coisa julgada	1466
61.4.5.	Violação manifesta de norma jurídica	1467
61.4.6.	Prova falsa.....	1469
61.4.7.	Obtenção de documento novo.....	1471
61.4.8.	Erro de fato	1473
61.5.	Fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito.....	1474
61.6.	Legitimidade	1475
61.7.	Competência.....	1478
61.8.	Prazo.....	1480
61.8.1.	Prazo e termo inicial gerais.....	1480
61.8.2.	Termos iniciais diferenciados.....	1482
61.9.	Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado	1483
61.10.	Procedimento	1484
61.10.1.	Petição inicial	1484
61.10.2.	Reações do juiz diante da petição inicial	1487
61.10.3.	Resposta do réu.....	1487
61.10.4.	Atividade saneadora.....	1488

61.10.5.	Fase probatória.....	1489
61.10.6.	Manifestações finais.....	1489
61.10.7.	Julgamento.....	1490
62.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1491
62.1.	Cabimento.....	1491
62.2.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente.....	1494
62.3.	Competência.....	1496
62.4.	Divulgação.....	1498
62.5.	Sujeitos com legitimidade para participar do incidente.....	1498
62.6.	Instauração.....	1500
62.7.	Admissão do incidente.....	1500
62.8.	Poderes do relator.....	1504
62.9.	Julgamento e seus efeitos.....	1506
62.10.	Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal.....	1508
62.11.	Juizados Especiais.....	1510
62.12.	Desistência ou abandono do processo.....	1511
62.13.	Recursos.....	1512
63.	RECLAMAÇÃO	1517
63.1.	Natureza jurídica.....	1517
63.2.	Cabimento.....	1520
63.2.1.	Forma de preservação da competência do tribunal.....	1521
63.2.2.	Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1521
63.2.3.	Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.....	1524
63.2.4.	Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1525
63.2.5.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência.....	1527
63.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	1528
63.3.	Procedimento.....	1529
63.3.1.	Introdução.....	1529
63.3.2.	Petição inicial.....	1530
63.3.3.	Prazo.....	1532
63.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional.....	1533
63.3.5.	Reações dos interessados.....	1534
63.3.6.	Julgamento.....	1536
64.	CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	1539
64.1.	Introdução.....	1539

64.1.1.	Sucedâneos recursais internos.....	1541
64.1.1.1.	Reexame necessário.....	1541
64.1.1.2.	Correção parcial.....	1546
64.1.1.3.	Pedido de reconsideração.....	1547
64.1.1.4.	Impugnação e embargos à execução.....	1548
64.1.2.	Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).	1548
64.1.2.1.	Generalidades.....	1548
64.1.2.2.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	1549
65.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1553
65.1.	Introdução.....	1553
65.2.	Objeto imediato do recurso	1553
65.3.	Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1554
65.4.	Abrangência da matéria impugnada.....	1555
65.5.	Independência ou subordinação.....	1556
66.	EFEITOS RECURSAIS	1561
66.1.	Introdução.....	1561
66.2.	Efeito obstativo.....	1561
66.3.	Efeito devolutivo.....	1562
66.4.	Efeito suspensivo.....	1565
66.5.	Efeito translativo.....	1570
66.6.	Efeito expansivo.....	1573
66.7.	Efeito substitutivo.....	1574
66.8.	Efeito regressivo	1575
66.9.	Efeito diferido	1575
67.	PRINCÍPIOS RECURSAIS	1577
67.1.	Duplo grau de jurisdição.....	1577
67.1.1.	Conceito.....	1577
67.1.2.	Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	1579
67.1.3.	Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1580
67.1.4.	O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?	1580
67.2.	Taxatividade (legalidade).....	1582
67.3.	Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1583
67.4.	Voluntariedade.....	1587
67.5.	Dialeiticidade.....	1588
67.6.	Fungibilidade.....	1589
67.6.1.	Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	1592
67.6.2.	Inexistência de erro grosseiro.....	1593
67.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	1594
67.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1595

67.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1597
67.9.	Complementaridade.....	1598
67.10.	Consumação.....	1599
67.11.	Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1600
68.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	1605
68.1.	Introdução.....	1605
68.2.	Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1607
68.2.1.	Cabimento.....	1607
68.2.2.	Legitimidade recursal.....	1609
68.2.2.1.	Partes.....	1609
68.2.2.2.	Terceiro prejudicado.....	1611
68.2.2.3.	Ministério Público.....	1612
68.2.3.	Interesse recursal.....	1613
68.2.3.1.	Necessidade.....	1613
68.2.3.2.	Adequação.....	1619
68.2.4.	Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer....	1619
68.2.4.1.	Desistência.....	1619
68.2.4.2.	Renúncia.....	1622
68.2.4.3.	Aquiescência.....	1622
68.3.	Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1623
68.3.1.	Tempestividade.....	1623
68.3.2.	Preparo.....	1630
68.3.3.	Regularidade formal.....	1634
69.	JUÍZO DE MÉRITO.....	1637
69.1.	Introdução.....	1637
69.2.	Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	1637
69.3.	Pedido.....	1638
69.4.	Esclarecimento e integração.....	1639
70.	APELAÇÃO.....	1641
70.1.	Cabimento.....	1641
70.2.	Objeto da impugnação.....	1642
70.3.	Procedimento.....	1646
70.3.1.	Introdução.....	1646
70.3.2.	Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1648
70.3.3.	Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1650
70.4.	Novas questões de fato.....	1650
70.5.	Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1652
70.5.1.	Introdução.....	1652

70.5.2.	Teoria da causa madura	1653
70.5.3.	Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal.....	1656
71.	AGRAVO.....	1659
71.1.	Introdução.....	1659
71.2.	Agravo de instrumento	1660
71.2.1.	Cabimento	1660
71.2.2.	Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	1671
71.2.2.1.	Peças obrigatórias.....	1673
71.2.2.2.	Peças facultativas.....	1675
71.2.2.3.	Peças essenciais	1675
71.2.3.	Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1677
71.2.4.	Procedimento.....	1679
71.2.4.1.	Propositura.....	1679
71.2.4.2.	Distribuição	1679
71.2.4.3.	Negativa de seguimento liminar	1680
71.2.4.4.	Tutela de urgência.....	1680
71.2.4.5.	Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões	1682
71.2.4.6.	Oitiva do Ministério Público.....	1684
71.2.4.7.	Julgamento do agravo.....	1685
71.2.4.8.	Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença	1685
71.3.	Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	1688
71.3.1.	Agravo interno	1688
71.3.1.1.	Cabimento.....	1688
71.3.1.2.	Procedimento.....	1689
71.3.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1694
72.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1699
72.1.	Natureza jurídica	1699
72.2.	Cabimento.....	1701
72.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	1701
72.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração	1702
72.3.	Procedimento.....	1705
72.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	1708
72.4.1.	Embargos de declaração intempestivos	1709
72.4.2.	Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios.....	1709
72.5.	Embargos de declaração – intempestividade ante tempus.....	1710
72.6.	Manifesto caráter protelatório	1711
72.7.	Embargos de declaração atípicos.....	1713

72.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1714
72.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1715
73.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	1717
73.1.	Introdução.....	1717
73.2.	Cabimento.....	1719
73.2.1.	Processos internacionais.....	1720
73.2.2.	Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1720
73.2.3.	Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	1721
74.	RECURSO ESPECIAL.....	1723
74.1.	Hipóteses de cabimento.....	1723
74.1.1.	Pressupostos cumulativos.....	1723
74.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1723
74.1.1.2.	Decisão proferida por tribunal.....	1724
74.1.1.3.	Prequestionamento.....	1727
74.1.2.	Pressupostos alternativos.....	1729
74.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	1729
74.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1730
74.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1730
75.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	1733
75.1.	Hipóteses de cabimento.....	1733
75.1.1.	Pressupostos cumulativos.....	1733
75.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1733
75.1.1.2.	Prequestionamento.....	1734
75.1.1.3.	Repercussão geral.....	1736
75.1.2.	Requisitos específicos.....	1744
75.1.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1744
75.1.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1745
75.1.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1745
75.1.2.4.	Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1746
76.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	1747
76.1.	Procedimento.....	1747
76.2.	Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1752
76.3.	Efeitos dos recursos federais.....	1754

76.3.1.	Efeito devolutivo.....	1754
76.3.2.	Efeito suspensivo.....	1756
76.4.	Julgamento por amostragem.....	1757
76.4.1.	Cabimento.....	1757
76.4.2.	Instauração.....	1758
76.4.3.	Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica.....	1760
76.4.4.	Procedimento.....	1764
76.4.5.	Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1766

77. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA..... 1771

77.1.	Introdução.....	1771
77.2.	Cabimento.....	1771
77.2.1.	Acórdão embargado.....	1774
77.2.2.	Acórdão paradigma.....	1775
77.3.	Procedimento.....	1776

78. LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 1777

78.1.	<i>Vacatio legis</i>	1777
78.2.	Aplicação imediata.....	1778
78.3.	Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1779
78.4.	Direito probatório.....	1780
78.5.	Direito de preferência.....	1781
78.6.	Procedimento comum.....	1782
78.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico.....	1782
78.8.	Insolvência civil.....	1784
78.9.	Atos processuais eletrônicos.....	1784
78.10.	Depósitos em dinheiro.....	1785
78.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1785
78.12.	Preparo recursal na Justiça Federal.....	1785
78.13.	Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1786
78.14.	Juizados especiais.....	1786
78.15.	Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1787
78.16.	Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1789
78.17.	Usucapião extrajudicial.....	1789

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 1793